EXAME ESCRITO DE CIÊNCIA POLÍTICA E DE DIREITO CONSTITUCIONAL -

-28 de Abril de 2008 –

Tópicos de correcção

I

Responda sucintamente a apenas três das seguintes questões: (3 valores por questão):

- a) Para a maioria da doutrina, a AR desenvolve Leis de bases. Parte da Doutrina entende que só o Governo desenvolve Leis de bases, havendo ainda quem entenda que a AR só desenvolve tais leis em matéria concorrencial.
- b) Nos Estados totalmente Regionalizados, ao contrário dos Estados federais, há uma só Constituição, as Regiões não participam na feitura e na alteração da mesma, e o Estatuto das mesmas é aprovado por uma Lei do Parlamento. Nos Estados federais acontece exactamente o contrário. Os Estados federados têm uma Constituição própria, participam na feitura e na alteração da Constituição federal, têm poder legislativo e judicial próprios e as competências que não estão, pela Constituição federal, atribuídas aos órgãos federais pertencem-lhes.
- c) A CRP consagra uma separação de funções.
- d) Por exemplo quando há minoria parlamentar a apoiar o Executivo e o PR é de uma formação política contrária ao Executivo. Ou, noutro cenário, quando há concordância política entre PR e Governo, mas este último está em minoria no parlamento.
- e) Não.

II

Leia atentamente o seguinte caso prático e responda às questões que se lhe seguem:

Questões:

1. O PR não é obrigado a nomear como PM o líder do partido mais votado. Tem apenas de ter em conta os resultados eleitorais.
2. O voto de confiança teria de ser solicitado autonomamente (193º da CRP). O programa de Governo não está sujeito a aprovação. Pode, apenas, ser rejeitado (192º/3). Não o foi o caso.
3. Não estão reunidos os pressupostos do artigo 195/2. O programa de Governo não foi rejeitado (195/1/d e 192/4 CRP). O PR para demitir o Governo ouve o Conselho de Estado e não os partidos políticos.
4. O Governo está em gestão, pelo que desde logo não poderia aprovar este diploma (artigo 186º/5). Ainda que não estivesse demitido, o diploma seria organicamente inconstitucional por violação do artigo 165º/1/c da CRP.
5. Trata-se de um veto político, insuperável, nos termos do artigo 136º/4 da CRP. O PR deveria ter invocado o facto de o Governo estar demitido e não estarem reunidos os pressupostos do artigo 186º/5 da CRP que permitem a um Governo demitido legislar.